

A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO/BACHARELADO DA UFPEL

RAISSA BRUM GONÇALVES DE AVILA¹; MAURO AUGUSTO BURKERT DEL PINO²

¹*Universidade Federal de Pelotas 1 – raissaavila@yahoo.com.br*

² *Universidade Federal de Pelotas –mauro.pino1@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho refere-se a uma pesquisa de doutorado vinculada à linha de Currículo Profissionalização e Trabalho Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), bem como ao Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Educação Pública (GIPEP). A pesquisa aborda a inserção da educação das relações étnico-raciais nos currículos dos cursos de graduação/bacharelado da UFPEL, configurando-se como uma investigação que busca identificar e provocar a construção de outros modos de pensar e organizar os currículos, a partir de uma perspectiva negra decolonial.

O conceito de raça foi forjado pela modernidade/ocidental no século XVI para estabelecer classificações entre os seres humanos, de forma semelhante àquela aplicada a “vegetais”, isto é, plantas e animais. Durante o período de conquistas das Américas, “a expansão econômica mercantilista e a descoberta do novo mundo forjaram a base material a partir da qual a cultura renascentista iria refletir sobre a unidade a multiplicidade da existência humana” (ALMEIDA, 2020, p.25).

Portanto, esse pensamento ocidental/moderno/colonial é constituído pela relação de classificação entre o humano e o não humano, sobretudo por estabelecer “(...) uma hierarquia racial e cultural que opõe a ‘superioridade’ branca ocidental à ‘inferioridade’ negro-africana” (GONZALEZ, 2020,p.135).

Esse padrão universal de poder e de conhecimento, denominado racismo epistêmico, que perdura até os dias atuais, é sustentado pela colonialidade, uma forma de dominação colonial europeia que regula tanto as dimensões subjetivas da existência (como a vida, o saber, a cultura e as relações sociais) quanto as dimensões materiais (como o trabalho, a economia, política etc).

Diante disso, e a partir da criação de políticas públicas brasileiras voltadas à educação das relações étnico-raciais, como a Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, este projeto de pesquisa busca problematizar: de que forma a temática das relações étnico-raciais é ou não incorporada nos currículos de bacharelado da Universidade Federal de Pelotas?

Orientada por essa problemática, estabeleço como objetivo geral: analisar os processos de incorporação da educação das relações étnico-raciais nos currículos dos cursos de bacharelado da Universidade Federal de Pelotas. Para tanto, a seleção dos cursos de graduação/bacharelado da UFPEL foi realizada conforme a classificação dos Colégios da Capes, distribuídos em três grandes grupos: a) Colégio de Ciências da Vida; b) Colégio de Humanidades; c) e Colégio de Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar. Foi escolhido um curso representativo de cada um desses colégios.

A fundamentação teórica dialoga com as produções do conhecimento provenientes das teorias pós-coloniais e decoloniais, incluindo autores como Aimé Césaire, Frantz Fanon, Achille Mbembe, entre outros/as. No que diz respeito ao pensamento negro e à descolonização dos currículos, são consideradas as contribuições de autores e autoras como Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Miguel Arroyo, Paulo Freire, Silvio Almeida, Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez, cujas obras se dedicam às questões raciais e à educação no Brasil.

2. METODOLOGIA

Para a realização desta proposta de pesquisa de doutorado, cujo objetivo é compreender os processos de inserção da educação das relações étnico-raciais nos currículos dos cursos de bacharelado da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), optou-se por uma abordagem metodológica qualitativa.

Os métodos de coleta de dados envolverão a análise de documentos oficiais e a realização de entrevistas. Serão analisados documentos nacionais, como pareceres, resoluções e leis, bem como documentos institucionais da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), incluindo o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2022-2026, as Diretrizes para Elaboração do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), o Regulamento do Ensino de Graduação, o Regimento Geral da UFPEL e o Estatuto da Universidade. Também serão examinados documentos específicos dos cursos selecionados, especialmente os Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), com foco nas ementas, nas bibliografias e nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) correspondentes a cada área.

Complementando a análise documental, serão realizados entrevistas com os/as coordenadores/as dos cursos, com o objetivo de identificar como a Educação das Relações Étnico-Raciais está sendo inserida e percebida nos currículos dos cursos de graduação. Além disso, serão conduzidas entrevistas com a Coordenação Pedagógica Universitária (CPU), vinculada à Pró-Reitoria de Ensino (PRE), com a finalidade de compreender como se dá a formação inicial e continuada de professores/as para a educação das relações étnico-raciais na instituição.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo se fundamenta nas teorias pós-críticas do currículo, pois essas abordagens consideram as relações de raça, incorporando todos os fragmentos que a decolonialidade possa aportar, como uma chave singular para dialogar e analisar a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) nos currículos do ensino superior.

A linguagem acadêmica, enquanto construto de uma dimensão político-ideológica, contribui para reprodução de violências ao reforçar hierarquias de saber e excluir epistemologias outras. Esse processo, identificado pela filósofa CARNEIRO (2005) como violência do epistemicídio, explicita a persistente negação e invisibilização dos saberes produzidos por sujeitos e comunidades não alinhados à tradição eurocêntrica. A partir dessa constatação, o racismo, analisado por ALMEIDA (2020, p. 65), “(...) constitui todo complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional”.

A linguagem colonial tem como base a produção de violências frequentemente naturalizadas no cotidiano acadêmico. Neste estudo, que analisa a inserção da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) nos currículos de graduação desta universidade, torna-se indispensável compreender como a linguagem contribui para a construção e manutenção de discursos racializados.

Para tanto, é necessário compreender que a expansão da colonização e do imperialismo eurocêntrico, fundamentada na concepção de um sistema-mundo racializado das relações de poder, foi articulada com o objetivo de converter pessoas negras em objetos, conforme aponta Césaire (2020), a fim de viabilizar a expropriação e exploração de sua força de trabalho, assim como a extirpação de seu ser e saber cultural. Despojados de humanidade, esses corpos negros foram transformados em mercadorias.

O colonialismo somente pode ser entendido a partir da dimensão racial, que a configura e articula sua dominação e expansão colonial. FANON (2022) identifica a violência como a própria condição ontológica do projeto colonial, aquilo que o funda e sem o qual ele não poderia existir. Essa violência é o princípio organizador do mundo colonial, estruturado de forma compartimentada e maniqueísta. Nessa estruturação, estabelece-se uma clivagem fundamental: de um lado, a Zona do Ser, espaço reservado aos colonos, onde se reconhecem direitos e humanidade; de outro, a Zona do Não-Ser, território dos colonizados, marcados pela negação radical da existência (ética, estética e política), pela desumanização sistemática e pela redução à condição de objeto. Conforme o autor afirma, “esse maniqueísmo prossegue em sua lógica até o fim e desumaniza o colonizado. Para ser exato ele o animaliza” (FANON,2022, p.39).

O colonialismo instaurou uma nova relação de poder, a qual MBEMBE (2018) denomina necropoder. Nessa dinâmica, o Estado moderno, produto da razão política europeia, adota uma política de guerra direcionada às vidas consideradas descartáveis, sendo os corpos negros, em grande parte, os alvos dessa exclusão. Como afirma MBEMBE (2018, p.135), “a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é”.

Nesse contexto, a noção de raça, para Mbembe (2018), constitui uma dimensão fundamental da bioeconomia, tendo sido instrumentalizada nos sistemas de plantação e nas colônias. A partir das características atribuídas aos sujeitos racializados, consolidou-se uma divisão do trabalho marcada por criérios raciais. Não devemos, portanto, incorrer na ingenuidade de reduzir a questão social à mera destruição de classes ou disputa entre classes. Pensemos, então, no que MBEMBE (2018,p.72) enfatiza: “raça e racismo estão ligados a antagonismos assentes na estrutura econômica das sociedades”.

O princípio do eurocentrismo e do cientificismo baseia-se na máxima “penso, logo existo”, de Descartes, formulada no século XVII. Essa expressão abre espaço para o denominado universalismo abstrato, que vai ditar a produção do conhecimento no mundo, abrangendo todos os âmbitos da vida humana, como a política, a estética, a subjetividade e a economia. Nessa perspectiva, Descartes se coloca como o sujeito universal, produtor legítimo de conhecimento. Esse “eu” é, na verdade o homem europeu, que historicamente sempre esteve no centro de projetos de exploração, escravização e desumanização dos povos indígenas e africanos (COSTA-BERNADINO; MALDONADO-TORRES; GROSFOGUEL, 2020) A partir da frase de Descartes, não só os povos africanos e indígenas são excluídos do pensamento moderno, mas também considerados desprovidos de humanidade, isto é, sem resistência ontológica, identidade, valor e humanidade.

De acordo com COSTA-BERNARDINO, MALDONADO-TORRES E GROSFOGUEL (2020), a partir do pensamento cartesiano estabelece-se uma classificação do saber que privilegia certos sujeitos como produtores universais de conhecimento, em detrimento daqueles cuja produção é deslegitimada.

A formação do Estado brasileiro está imersa nas nuances da modernidade/colonialidade, marcada pelo racismo que acompanhou a vinda forçada de povos africanos à América do Sul, na condição de subalternos, submetidos à escravização. A colonização resultou em um Brasil profundamente marcado pelo racismo, pela destruição das culturas africanas e das vidas negras, e pela hegemonia da cultura eurocêntrica, imposta como universal. A formação do sistema-mundo moderno/colonial tem como base central a classificação racial, que funciona como elemento determinante e fundacional. Assim, é a partir dessa hierarquia racial que se estruturam outras formas de dominação e divisão social.

4. CONCLUSÕES

Esta pesquisa propõe uma abordagem singular ao trazer para o debate os currículos dos cursos de bacharelado das chamadas áreas duras do conhecimento, no campo da política curricular, tensionando o currículo hegemônico a partir da normativa das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCNERER), que desde 2004, ou seja há mais de duas décadas, deve ser efetivamente implementada nos cursos de graduação da UFPEL.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020. 264p.
- BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 1/2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004b.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 02 maio 2025.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Claudio Willer. Ilustração de Marcelo D' Salete. Cronologia de Rogério de Campos. – São Paulo: Veneta, 2020.
- COSTA-BERNARDINO, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramon (Org.) **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte. Ed. Autêntica, 2020.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de Lígia Fonseca Ferreira e Regina Salgado Campos. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização: Flávia Rios e Márcia Lima. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 376 p.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. 2.ed. N-1- Edições, 2018.
- MBEMBE. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte** 3. ed. S.Paulo: n-1 edições, 2018.